



Aracaju-SE



Ilha Fiscal-RJ



Santos-SP



Rio Grande-RS

Alfândegas Brasileiras 200 anos



Porto Alegre-RS



Salvador-BA



Belém-PA



Manaus-AM



Recife-PE



Receita Federal

Alfândegas Brasileiras

200 anos



Receita Federal

Brasília - Brasil
2012



Presidente da República
Dilma Rousseff

Ministro da Fazenda
Guido Mantega

Secretário da Receita Federal do Brasil
Carlos Alberto Freitas Barreto

Secretária-Adjunta da Receita Federal do Brasil
Zayda Bastos Manatta

Subsecretário de Arrecadação e Atendimento
Carlos Roberto Occaso

Subsecretário de Aduana e Relações Internacionais
Ernani Argolo Checucci Filho

Coordenador-Geral de Atendimento e Educação Fiscal
João Maurício Vital

Coordenador-Geral de Administração Aduaneira
Dário da Silva Brayner Filho

Grupo de Trabalho do Projeto
“A Receita Federal convida: conheça a nossa Aduana”

Antônio Henrique Lindemberg Baltazar – Coaef
Lilian Rose Vasques Andrade – Coaef
Francisco das Chagas Machado da Cunha – Coana
Edna Mazepa Ballao – Assessoria de Comunicação
Onésimo Stafuzza – SRRF 1ª RF

Alfândegas Brasileiras 200 anos - 2010 / 2ª edição, 2012
Organizador: Secretaria da Receita Federal do Brasil

1. Bicentenário da Abertura dos Portos 2. A Aduana no Brasil.

APRESENTAÇÃO DA 2ª EDIÇÃO

A Receita Federal exerce funções essenciais ao Estado Brasileiro. Tem como responsabilidade a administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários e aqueles incidentes sobre o comércio exterior. Auxilia, também, o Poder Executivo Federal na formulação das políticas tributária e aduaneira brasileiras, além de trabalhar para prevenir e combater a sonegação fiscal, o contrabando, o descaminho, a pirataria, a fraude comercial, o tráfico de drogas e de animais em extinção e outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

Uma das atuações da Receita Federal é a Administração Aduaneira, que consiste, essencialmente, em exercer o controle sobre o fluxo de mercadorias, bens e veículos que entram no território nacional ou que dele saem, de forma a garantir a regularidade da operação, o cumprimento da legislação aduaneira e o recolhimento dos direitos e tributos incidentes sobre a importação ou exportação.

Existe consenso da importância do comércio internacional para o desenvolvimento econômico e social do País. A Aduana, enquanto órgão de estado especializado no controle do fluxo internacional de bens e veículos, desempenha funções econômicas e não econômicas, relacionadas a uma crescente agenda de interesse dos estados modernos, dentre os quais se destacam a regulação econômica, a defesa da competitividade, a segurança pública e do estado e a proteção dos cidadãos. A Aduana também desempenha um papel importante nos processos de inserção na economia global, contribuindo para o desenvolvimento do País.

Para desenvolver esse trabalho, a Receita Federal conta com um quadro de profissionais extremamente qualificados, sistemas de informática avançados, parque tecnológico de última geração, equipamentos modernos e veículos adaptados para atuação em terra, água e no ar. A Receita Federal conta, ainda, com uma rede de parceiros nacionais e internacionais que contribuem para o cumprimento de sua missão institucional.

Atualmente, a Receita Federal dispõe de inspetorias, delegacias e alfândegas distribuídos em todo o vasto território nacional. São 438 recintos onde se oferecem os serviços aduaneiros, entre pontos de fronteira, portos, aeroportos e unidades especiais.

Nesta segunda edição do livro Alfândegas Brasileiras 200 anos, a Receita Federal reedita o belo trabalho realizado em 2008, quando se comemorou os 200 anos da abertura dos portos no Brasil. O objetivo desta edição é levar à sociedade informações sobre o papel exercido pela Instituição no controle sobre o fluxo de mercadorias, bens e veículos procedentes ou destinadas ao exterior, garantindo-se o cumprimento da legislação e a cobrança dos tributos e direitos inerentes, como uma atividade estratégica para a defesa da competitividade e o desenvolvimento econômico e social do país.

Ao mesmo tempo, a instituição inaugura do projeto A Receita Federal convida: conheça a nossa Aduana, que consiste em um programa específico de visitação às unidades da Receita Federal que prestam serviços aduaneiros. Inserido na política de transparência da instituição, o programa tem por propósito esclarecer a sociedade sobre o papel que o Ministério da Fazenda, por meio da Receita Federal, tem prestado para proteger a economia e a sociedade nacionais, além de resgatar a memória de nossa Instituição.

AGRADECIMENTOS

Destaque-se que esta segunda edição somente foi possível com a contribuição de várias pessoas e entidades, sob a competente coordenação da Divisão de Educação Fiscal, comandada por Lilian Rose Vasques, em nome de quem a Receita Federal agradece a todos os colaboradores.

Boa Leitura!

APRESENTAÇÃO DA 1ª EDIÇÃO

Em 28 de janeiro de 2008 completam-se 200 anos da assinatura da Carta Régia que autorizou as Alfândegas do Brasil a permitirem a entrada e a saída, em portos brasileiros, de navios transportando mercadorias originárias de países diversos daqueles sob o domínio da Coroa Portuguesa e com os quais ela mantinha laços de paz e harmonia, ou de produções coloniais, com exceção do pau-brasil e de outros produtos cuja exportação estava notoriamente proibida.

Uma breve história dos antecedentes que levaram à Régia decisão, e a Carta que a registra, foram inseridas nesta publicação, em comemoração ao bicentenário da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional.

As Alfândegas foram instaladas no Brasil no século XVI para reprimir o contrabando de pau-brasil e de outras riquezas naturais da então Colônia de Portugal. Sua história está intrinsecamente relacionada com o próprio desenvolvimento econômico e social do País e sua organização e função têm sido diretamente influenciadas pelos diversos ciclos econômicos registrados na história brasileira: do açúcar, do cacau, do ouro, do café, da borracha, do couro, do tabaco, da substituição das importações, do início da industrialização e, mais recentemente, da economia de mercado.

A missão das Alfândegas do Brasil foi bastante ampliada nesse período, desde sua função originária, a fiscal ou arrecadatória, até as funções de proteção da economia e da sociedade, verificadas nos dias atuais. A evolução histórica da função das Alfândegas decorre da necessidade de abarcar outros aspectos de interesse nacional, relativos ao comércio internacional.

A história de algumas Alfândegas brasileiras, instaladas entre os séculos XVI e XIX, e sua ligação com os ciclos desenvolvimentistas do País, está retratada na exposição “A Aduana no Brasil”, idealizada pelo Serviço de Memória da Receita Federal do Brasil que, por meio desta publicação, fica à disposição de todos.

Atualmente, como parte integrante da missão da RECEITA FEDERAL DO BRASIL, a função primordial da Aduana brasileira é garantir a segurança da sociedade, sob os aspectos físico, ambiental e econômico, entre outros, e, ao mesmo tempo, favorecer e agilizar o comércio lícito, contribuindo, assim, para a garantia de um ambiente favorável ao desenvolvimento do País e ao seu relacionamento harmônico com a comunidade internacional.

Bicentenário da Abertura dos Portos e Alfândegas Brasileiras ao Comércio Internacional

Em 28 de janeiro de 1.808, o Príncipe Regente
D.João autoriza a abertura dos portos do Brasil.

UMA LIBERDADE CONQUISTADA NA BAHIA

Em abril de 1500 ocorreu a primeira operação de comércio exterior do Brasil, em Porto Seguro, no momento em que os marinheiros da frota de Cabral trocaram colares e espelhos por macacos e papagaios com os índios Tupiniquins. Durante os trinta anos seguintes, a Coroa Portuguesa reprimiu ferozmente o contrabando do pau-brasil, mas somente em 1534, juntamente com as Capitânicas hereditárias, criou uma rede de Alfândegas ao longo do litoral brasileiro. O comércio com outras nações era livre, desde que pagos os tributos para a Fazenda Real, conforme dispunham os forais das capitânicas.

Em 1605, porém, o rei espanhol Felipe II, então em guerra com a maior parte das nações européias, proibiu expressamente que mercadorias transportadas por navios estrangeiros fossem comercializadas diretamente com o Brasil: toda e qualquer importação ou exportação teria que, obrigatoriamente, passar por portos portugueses. Assim, durante os dois séculos que se seguiram, o Brasil somente importava de empresas portuguesas e vendia seus produtos de exportação por intermédio do comércio lisboeta.

Mesmo o Brasil tendo se transformado na mais rica colônia de todo o planeta era o maior produtor mundial de açúcar, tabaco, ouro, diamantes, madeira, farinha de mandioca, charque e carne de porco salgada, o regime aduaneiro adotado nesse período oprimia o seu comércio, impedindo a procura pelo melhor preço para sua produção, e pelo menor custo para suas importações.

Todos os pedidos e sugestões para a liberalização da política aduaneira, apresentados à Coroa nesse período, mostraram-se inúteis, até que Napoleão Bonaparte decretou o bloqueio continental, levando Portugal a uma dramática encruzilhada: romper com seu aliado secular, a Inglaterra, e lutar contra a França, ou desafiar a ordem de bloqueio e manter sua aliança britânica. O Regente D. João optou pela segunda alternativa.

A inevitável invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão provocou a partida, para o exílio, da Família Real Portuguesa, em novembro de 1807. Uma façanha sem precedentes na história universal: todo um governo e a elite de uma nação atravessaram o Atlântico em frágeis veleiros, enquanto Portugal ficava confiado a um Conselho de Regência, secretariado por um brasileiro, o Desembargador João Antônio Salter de Mendonça, antigo integrante do Tribunal da Relação da Bahia.

Em janeiro de 1808, o Príncipe Regente D. João e parte de sua Corte já estavam na Bahia, onde foram recebidos pelo Governador Conde da Ponte, um brasileiro da família baiana Guedes de Brito.

Um outro patricio, o baiano José da Silva Lisboa, aproveitou a oportunidade para dirigir-se ao Príncipe Regente e convencê-lo da conveniência da imediata abertura das Alfândegas brasileiras ao comércio internacional.

A 28 de janeiro de 1808, em Carta Régia, dirigida ao Conde da Ponte, foi determinado que a partir de então as Alfândegas do Brasil poderiam admitir mercadorias transportadas em navios “das potências que se conservam em paz e harmonia com a minha Real Coroa” e que “não só os meus vassallos, mas também os sobreditos estrangeiros possam exportar para os portos que bem lhes parecer a benefício do comércio, e agricultura, que tanto desejo promover, todos e quaisquer gêneros e produções coloniais, à exceção do pau-brasil, ou outros notoriamente estancados...”.

E ali terminou a longa luta do comércio brasileiro para a liberdade. Uma luta que, muito justamente, terminou onde o Brasil havia começado: na Bahia!

e outros, pagando por subida de mercaderias. Os
 vinhos se vendem por respectivas Capitanias
 ficando contratado com o seu respectivo, e como
 não, todas as Leis, Cartas Regias, ou outras
 d'elles, que a elle se applicarem neste Estado de
 Brazil e respectivo Commercio, e Nauegacao, e Pesca
 de Mar, e Comercio, e Estrangeiros. E que tudo af
 sua jurisdicção com a d'elles, e d'elles de
 que de esse appare. Escrita na Bahia no ven
 te oito de Janeiro de 1688.

Principe

Comprehensão e regimento de guerra e de
 marinha de 24 de Janeiro de 1688

Com o Sr. R. de S.



O Intendente da Bahia
 Com o Sr. R. de S.
 Com o Sr. R. de S.
 Com o Sr. R. de S.
 Com o Sr. R. de S.

Transcrição da Carta Régia

Conde da Ponte do Meu Concelho, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia, Amigo, Eu o Príncipe Regente Vos envio muito saudar como aquele que Amo. Atendendo a representacção que fizestes subir à Minha Real Presença sobre se achar interrompido, e suspenso o Comércio desta Capitania com grave prejuizo dos Meus Vassallos, e da Minha Real Fazenda em razão das criticas, e publicas circumstancias da Europa, e querendo dar sobre este importante objecto alguma providencia pronta, e capaz de melhorar o progresso de tais dânos, Sou Servido Ordenar interina, e provisoriamente, em quanto não consolido hum sistema geral que effectivamente regule semelhantes materias, o seguinte. Primo: que sejam admissiveis nas Alfandegas do Brasil, todos, e quaisquer Generos, Fazendas e Mercadorias transportadas, ou em Navios Estrangeiros das Potencias, que se conservão em Paz, e Harmonia com a Minha Real Corôa, ou em Navios dos Meus Vassallos, pagando por entrada vinte e quatro por cento, a saber: Vinte de Direitos grossos, e quatro de Donativo ja estabelecido, regulando-se a cobrança destes Direitos pelas Pautas, ou Aforamentos, por que athe o presente se regulão cada huma das ditas Alfandegas, ficando os Vinhos, Agoas ardentes e Azeites doces, que se denominão Molhados, pagando o dobro dos Direitos, que athe agora nellas satisfazião. Secundo: que não só os Meus Vassallos, mas tambem os sobre ditos Estrangeiros possão exportar para os Portos que bem lhes parecer a beneficio do Comercio, e Agricultura, que tanto desejo promover, todos, e quaisquer Generos, e Produçoens Coloniais, a excepsão do Pau Brazil, ou outros notoriamente estancados, pagando por sahida os mesmos Direitos ja estabelecidos nas respectivas Capitancias, ficando entretanto como em suspenso, e sem vigor, todas as Leis, Cartas Régias, ou outras Ordens, que athe aqui prohibião neste Estado do Brazil o reciproco Comercio, e Navegação, entre os Meus Vassallos, e Estrangeiros. O que tudo assim fareis executar com o zello, e actividade, que de voz espero.

Escrita na Bahia aos vinte oito de Janeiro de 1808.

Príncipe

Cumprasse e registre, e passem-se as ordens necessarias. Bahia 29 de Janeiro de 1808.

Conde da Ponte

A Aduana no Brasil

Exposição idealizada pelo Serviço de Memória Institucional da Receita Federal retratando o histórico da Aduana Brasileira e a influência dos Ciclos Econômicos em sua administração. Resgata marcas da arte e da arquitetura da época e a história das alfândegas brasileiras.

Trapiche da antiga Alfândega
de Porto Alegre, Séc XIX.
Museu da Comunicação Social - RS.



*"Uma casa cuja história é das
mais ricas e variegadas,
mais que uma casa, um edifício
público repleto de pessoas e mercadorias.
Mais que uma edificação, porta de
entrada e de saída de toda a nação
que testemunhou embarques,
invasões e batalhas, tragédias
e comédias. Um pouco do retrato da
cidade que se estende por trás dela."*

José Eduardo Pimentel de Godoy.
Memória da Receita Federal.

A ADUANA NO BRASIL



ORIGEM DA PALAVRA

ADUANA: PALAVRA DERIVADA DO ÁRABE AD-DIWĀN, QUE QUER DIZER ALFÂNDEGA.

ALFÂNDEGA: “REPARTIÇÃO PÚBLICA ENCARREGADA DE VISTORAR BAGAGENS E MERCADORIAS EM TRÂNSITO E COBRAR OS CORRESPONDENTES DIREITOS DE ENTRADA E SAÍDA”.

(DICIONÁRIO AURÉLIO)

HÁ NOTÍCIAS DE REPARTIÇÕES ALFANDEGÁRIAS, MIL ANOS ANTES DE CRISTO, NO ANTIGO ORIENTE E NA GRÉCIA.

A ADUANA NO BRASIL



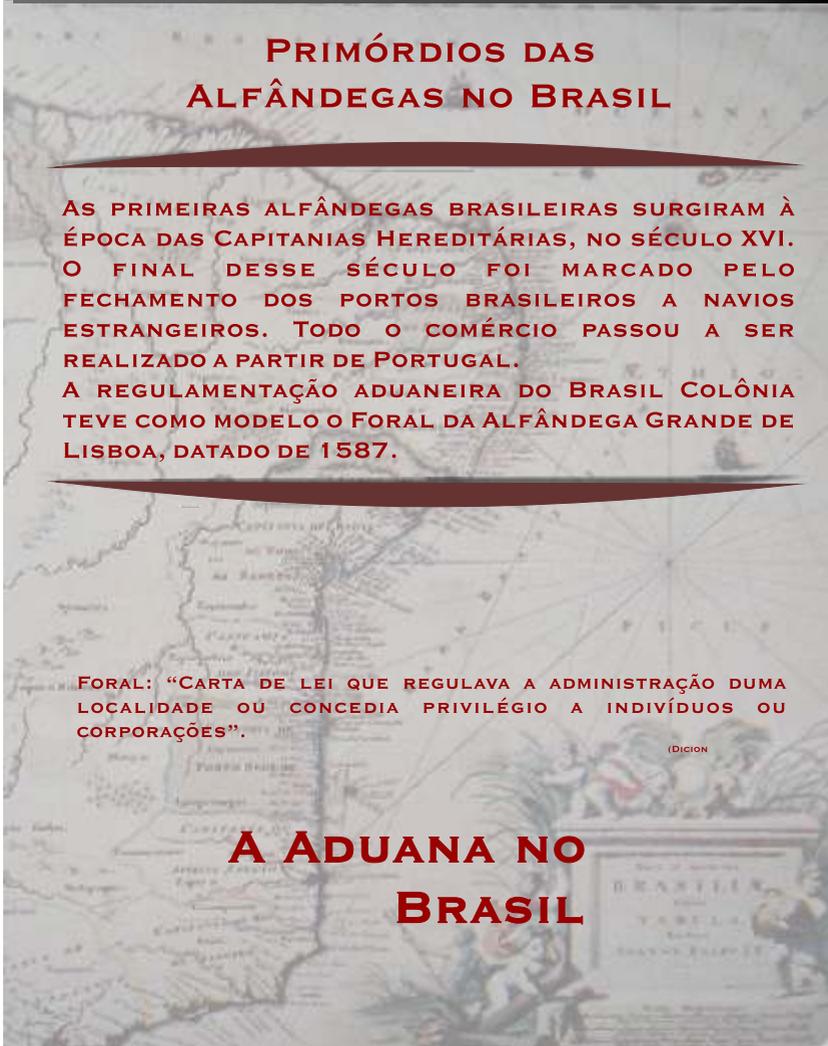
PRIMÓRDIOS DAS ALFÂNDEGAS NO BRASIL

AS PRIMEIRAS ALFÂNDEGAS BRASILEIRAS SURTIRAM À ÉPOCA DAS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS, NO SÉCULO XVI. O FINAL DESSE SÉCULO FOI MARCADO PELO FECHAMENTO DOS PORTOS BRASILEIROS A NAVIOS ESTRANGEIROS. TODO O COMÉRCIO PASSOU A SER REALIZADO A PARTIR DE PORTUGAL. A REGULAMENTAÇÃO ADUANEIRA DO BRASIL COLÔNIA TEVE COMO MODELO O FORAL DA ALFÂNDEGA GRANDE DE LISBOA, DATADO DE 1587.

FORAL: "CARTA DE LEI QUE REGULAVA A ADMINISTRAÇÃO DUMA LOCALIDADE OU CONCEDIA PRIVILÉGIO A INDIVÍDUOS OU CORPORações".

(DÍCTION

A ADUANA NO BRASIL





ALFÂNDEGA DE PORTO SEGURO

A ALFÂNDEGA DE PORTO SEGURO, CRIADA EM MEADOS DO SÉCULO XVI, ESTEVE PRESENTE NO COMÉRCIO EXTERNO GERADO PELAS ABUNDANTES RESERVAS DE PAU-BRASIL.

É POSSÍVEL DIZER QUE A PRIMEIRA OPERAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL OCORREU ENTRE A ESQUADRA DE CABRAL E OS ÍNDIOS, EM PORTO SEGURO.

PAU-BRASIL : ÁRVORE DE PORTE MÉDIO E CRESCIMENTO LENTO ENCONTRADA PRINCIPALMENTE NA MATA ATLÂNTICA. MUITO EXPLORADA NO BRASIL COLÔNIA POR SUA RESINA AVERMELHADA ÚTIL NA TINTURARIA DE TECIDOS NA EUROPA.

A ADUANA NO BRASIL

ALFÂNDEGA DE PORTO SEGURO

Foi uma das primeiras a se instalarem no Brasil, por volta de 1534, quando por ela se fazia a maior parte do comércio do pau-brasil. Foi chefiada nesse tempo por uma das figuras mais interessantes do período colonial, o castelhano Felipe Guillén, boticário, físico, grande enxadrista, que fora degredado para lá. Guillén foi um dos pioneiros do bandeirismo em busca de ouro, tendo feito várias entradas ao sertão.

A decadência da capitania de Porto Seguro, que resultou na extinção de sua aduana, foi tão grande que atraiu uma invasão das tropas de Napoleão em 1797, mas o destacamento local da Milícia dos Homens Pardos repeliu o desembarque.

Nos séculos XIX e XX, entre 1863 e 1944, existiu ali uma Mesa de Rendas Alfandegária, que foi transformada em Coletoria Federal em 1950. Por volta de 1980 nenhum órgão fiscal ali existia, mas a prosperidade trazida pelo afluxo turístico levou a Receita Federal a criar ali uma Agência, hoje transformada em Inspetoria.



ALFÂNDEGA DE SALVADOR

A EXPORTAÇÃO DE PAU-BRASIL E DE AÇÚCAR GEROU GRANDE MOVIMENTO DE CARGAS NO PORTO DA CIDADE DE SALVADOR, CENTRO COMERCIAL DO BRASIL COLONIAL. A ALFÂNDEGA ERA ESPECIALIZADA UNICAMENTE NA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR, POIS OS IMPOSTOS INTERNOS ERAM ARRECADADOS PELA PROVEDORIA-MOR DA FAZENDA REAL DO BRASIL, TAMBÉM SEDIADA EM SALVADOR.

ATUALMENTE, UM DOS PRÉDIOS ANTES OCUPADO PELA ALFÂNDEGA ABRIGA O MERCADO MODELO DA CIDADE DE SALVADOR.

A ADUANA NO BRASIL

ALFÂNDEGA DE SALVADOR

Certamente é uma das mais antigas do Brasil, pois sabe-se que em 1536 lá havia um Juiz da Alfândega. Nessa época situava-se na atual praça Tomé de Sousa, o que dificultava a fiscalização e armazenagem. A exportação de pau-brasil, tabaco e açúcar deu-lhe intenso movimento, o que atraiu o ataque de piratas, corsários e até uma invasão holandesa. A alfândega funcionou naquela praça durante 147 anos, até 1700, quando mudou para um prédio novo à beira-mar, na esquina da rua das Portas da Ribeira com o Largo da Ribeira. Esse prédio desabou em 1743, e foi restaurado em 1746. Acabou sediando os Correios, de 1850 a 1890, e foi demolido no governo J. J. Seabra. A aduana, entretanto, já fora removida para um outro prédio, construído entre 1849 e 1861, chamado de "Alfândega Nova" e viveu o apogeu do ciclo do cacau, imortalizado nos romances de Jorge Amado. Nele se manteve até há poucas décadas, quando se transferiu para as atuais instalações. O edifício da "Alfândega Nova" passou, então, a alojar o Mercado Modelo até 1984, quando um incêndio o destruiu. Pouco depois, o prédio foi reconstruído, recuperando sua grandeza anterior.

Após a criação da Secretaria da Receita Federal a aduana passou a integrar a Delegacia da Receita Federal. Tornou-se autônoma em 1989, com a denominação de Inspetoria da Receita Federal do Porto de Salvador e hoje é chamada de Alfândega de Salvador. Um fato curioso é que, durante a Guerra da Independência, os brasileiros fizeram funcionar uma aduana alternativa no Morro de São Paulo, ao sul do Recôncavo, pois Salvador estava em poder de tropas portuguesas.

A Alfândega baiana foi chefiada até o final do século XVIII por membros de apenas duas famílias (Argolo e Costa de Almeida).



ALFÂNDEGA DE PERNAMBUCO

A ALFÂNDEGA DE PERNAMBUCO FOI INSTALADA PRIMEIRAMENTE EM OLINDA POR VOLTA DE 1534. FIXOU-SE NO RECIFE NO INÍCIO DO SÉCULO XVIII, E, POSTERIORMENTE, PASSOU A OCUPAR UM ANTIGO CONVENTO LOCALIZADO NESTA CIDADE. DESEMPENHOU RELEVANTE PAPEL EM QUATRO CICLOS ECONÔMICOS: PAU-BRASIL, COURO, TABACO E AÇÚCAR.

A CARTA RÉGIA DE 1711 DEU NOVA REGULAMENTAÇÃO AOS DIREITOS ALFANDEGÁRIOS. NESSA ÉPOCA A ALFÂNDEGA DE PERNAMBUCO JÁ ESTAVA INSTALADA EM RECIFE E ERA A SEGUNDA EM IMPORTÂNCIA NO BRASIL.

A ADUANA NO BRASIL

ALFÂNDEGA DE PERNAMBUCO

A Alfândega de Pernambuco nasceu em Olinda, por volta de 1534, passou o século XVII perambulando entre o porto de Recife e o seu local de origem. No início do século XVIII, fixou-se no Recife, acabando por ocupar um antigo convento.

A Carta Régia de 4 de fevereiro de 1711 regulamentou a arrecadação dos direitos alfandegários em Pernambuco e determinou que o Ouvidor Geral da capitania fosse o juiz da alfândega. Nessa época a aduana estava instalada, segundo Fernandes Gama, em um pequeno armazém no bairro de São Frei Pedro Gonçalves, que no século XIX ainda era chamado de "alfândega velha". Em 1724, a alfândega foi transferida para o trapiche e casas de Pedro Mascarenhas, mediante o aluguel anual de 320\$000 (trezentos e vinte mil réis). Somente em 1826 a aduana foi transferida para o convento da Madre de Deus, confiscado aos frades oratorianos da Congregação de São Felipe Neri.

A implantação da Receita Federal importou na sua integração à Delegacia da Receita Federal de Recife. Em 1978 foi desmembrada da Delegacia tomando o nome de Inspeção da Receita Federal em Recife. Hoje denomina-se Inspeção da Receita Federal de Recife.



CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR

O AÇÚCAR FOI UM PRODUTO DE GRANDE ACEITAÇÃO NO MERCADO EUROPEU. A EXPERIÊNCIA DE PORTUGAL NAS ILHAS DA MADEIRA, CABO VERDE E AÇORES CONTRIBUIU PARA A ESCOLHA DO PRODUTO E A FORMA DE PRODUÇÃO NO BRASIL.

A CAPITANIA DE MAIOR DESTAQUE NA ÉPOCA DO CICLO DA CANA ERA A DE PERNAMBUCO, ONDE FOI IMPLANTADO O PRIMEIRO CENTRO AÇUCAREIRO DO BRASIL. NAS TRÊS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XVII, PERNAMBUCO CONHECEU O APOGEU DA PRODUÇÃO AÇUCAREIRA, QUE PERDUROU ATÉ INÍCIO DO SÉCULO XVIII, QUANDO DESPONTOU O CICLO DO OURO.

LIVROS DA ALFÂNDEGA DE LISBOA DE 1526 JÁ ACUSAM A ENTRADA DE AÇÚCAR VINDO DE ITAMARACÁ, PERNAMBUCO.

A ADUANA NO BRASIL

Mapa da Estrada Real



O CICLO DO OURO

NO FINAL DO SÉCULO XVII E INÍCIO DO XVIII, O CICLO DO OURO REVOLUCIONOU O COMÉRCIO INTERNACIONAL, INCREMENTANDO AS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS, MAS O FECHAMENTO DOS PORTOS BRASILEIROS E A GRANDE EXTENSÃO DO LITORAL FORAM UM CONVITE AO CONTRABANDO.

AS VIAS DE ACESSO À REGIÃO DAS RESERVAS AURÍFERAS E DIAMANTÍFERAS DA CAPITANIA DAS MINAS GERAIS, CONHECIDAS PELO NOME ESTRADA REAL, POR SUA IMPORTÂNCIA E NATUREZA OFICIAL, ERAM PROPRIEDADE DA COROA METROPOLITANA.

A ADUANA NO BRASIL





ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO

A ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO, INSTALADA EM 1566, OBTVEU POSIÇÃO DE DESTAQUE À ÉPOCA DO CICLO DO OURO DEVIDO AO VOLUME DE ARRECADAÇÃO.

NO SÉCULO XIX, DURANTE O CICLO DO CAFÉ, FOI SUPERADA EM EXPORTAÇÃO PELA DE SANTOS, PORÉM CONTINUOU SENDO A MAIS RENDOSA DEVIDO ÀS IMPORTAÇÕES.

NA ÉPOCA DA VELHA REPÚBLICA, 1889 A 1930, A ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO FOI UMA DAS MAIORES ARRECADADORAS DO PAÍS.

A ADUANA NO BRASIL

ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO

Foi instalada em 1566. Um de seus primeiros dirigentes foi Antônio de Mariz, celebrizado por José de Alencar, em seu romance "O Guarani", como o pai de Ceci. Durante um século sua chefia foi disputada pelos descendentes de Mariz e pela família de Salvador Correia de Sá, primo de Estácio de Sá, fundador da cidade. Em 1641, o juiz João Antônio Correia foi deposto, dando início a um período tumultuoso na vida da cidade, que culminou com a revolta de Jerônimo Barbalho Bezerra e sua subsequente execução em praça pública. Até o final do século XVII, a Alfândega foi objeto de intensa luta política, cabendo sua direção a indivíduos de reputação duvidosa, dados a violências e rapinagens, como Pedro de Sousa Pereira, o Velho, e Cláudio do Amaral Gurgel. Em 1703, foi separada da Provedoria da Fazenda Real, passando a ser dirigida por funcionários que ocupavam exclusivamente o cargo de Juiz da Alfândega. Foi incendiada pelos franceses de Duclerc em 1710, ficando completamente destruída pela explosão da Casa da Pólvora, morrendo em seu posto o Almojarife Francisco Moreira da Costa.

Tornou-se a mais importante do Brasil a partir do ciclo do ouro. Superada por Santos, quanto às exportações, no apogeu do café, continuou a ser a mais rendosa, por causa das importações. Basta dizer que, em 1880, tinha a seu serviço, como nave de patrulha, o cruzador Orion, com 21 tripulantes, além de outras embarcações menores.

Com o advento da Receita foi transformada na Inspetoria da Receita Federal do Porto do Rio de Janeiro e, há pouco tempo, passou a se chamar Inspetoria da Alfândega do Porto do Rio de Janeiro. Uma de suas sedes antigas é hoje ocupada pela Casa França-Brasil.



ABERTURA DOS PORTOS

NO SÉCULO XIX, A FUGA DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL RESULTOU NA IMEDIATA ABERTURA DOS PORTOS AOS NAVIOS ESTRANGEIROS, DOS QUAIS SE COBRAVAM TRIBUTOS.

DURANTE TODO O IMPÉRIO E GRANDE PARTE DA REPÚBLICA, OS IMPOSTOS ADUANEIROS FORAM O PRINCIPAL SUPORTE FINANCEIRO DO GOVERNO CENTRAL, SENDO SUPERADOS PELOS IMPOSTOS INTERNOS APENAS NO SÉCULO XX.

AS ALFÂNDEGAS TORNARAM-SE AUTÔNOMAS ADMINISTRATIVAMENTE APÓS A CRIAÇÃO DO ERÁRIO RÉGIO, EM 1761.

ERÁRIO RÉGIO: ÓRGÃO DA BUROCRACIA PORTUGUESA, RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO DAS FINANÇAS E COBRANÇA DOS TRIBUTOS E NOS DOMÍNIOS ULTRAMARINOS.

A ADUANA NO BRASIL





O CICLO DO CAFÉ

NO SÉCULO XIX, O CAFÉ FOI RESPONSÁVEL POR MAIS DA METADE DA RENDA OBTIDA COM A EXPORTAÇÃO, TORNANDO-SE A PRINCIPAL ATIVIDADE AGRÍCOLA DO PAÍS.

ESSE IMPORTANTE CICLO ECONÔMICO OCORREU DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA PARA A REPÚBLICA. PERÍODO MARCADO PELO FIM DO MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVOCRATA E PELA CRISE DE DESENVOLVIMENTO QUE IMPÔS AO MUNDO A NOVA REALIDADE INDUSTRIAL.

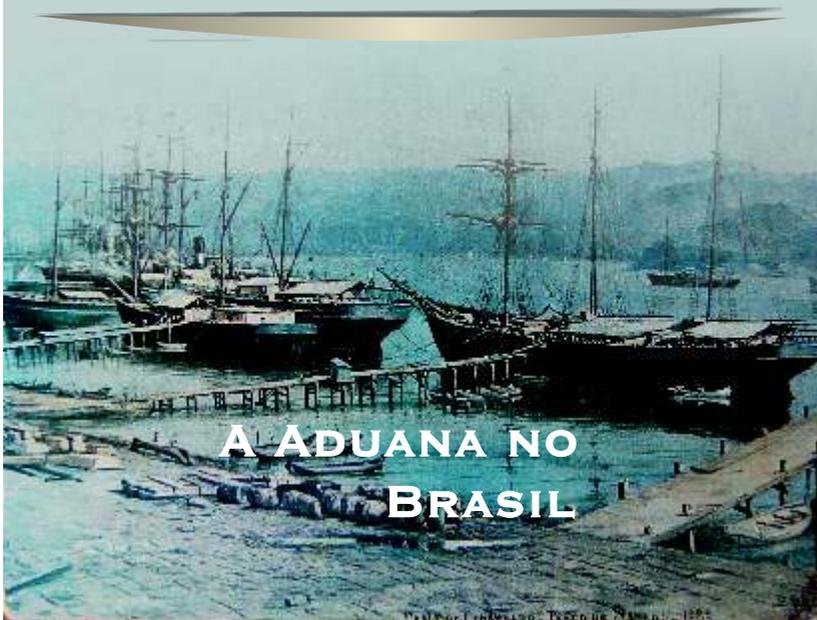


A ADUANA NO BRASIL



ALFÂNDEGA DE SANTOS

ORIGINOU-SE DA ALFÂNDEGA DE SÃO VICENTE. TEVE UM FUGAZ MOMENTO DE GLÓRIA DURANTE O CICLO DO OURO, MAS DESTACOU-SE EFETIVAMENTE EM MEADOS DO SÉCULO XIX AO DESEMPENHAR IMPORTANTE PAPEL NO CONTROLE FISCAL E NA ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA QUANDO SANTOS FIRMOU-SE COMO O MAIOR PORTO EXPORTADOR DE CAFÉ DO MUNDO.



ALFÂNDEGA DE SANTOS

Originou-se da Alfândega de São Vicente, cujo porto era impróprio para navios de maior calado. A mudança do porto para sua localização atual gerou a fundação da cidade de Santos e a transferência da aduana para esta. A própria Provedoria da Fazenda Real acompanhou a alfândega, mudando-se também para Santos. A alfândega teve vida movimentada, com episódios marcantes, como os ataques dos corsários Cavendish, Joris Spilberg e Fenton, o grave incidente entre o provedor Timóteo Correia de Góis e o capitão-mor Diogo Pinto do Rego, e o saque dos armazéns do sal pelo famoso régulo Bartolomeu Fernandes Faria.

As sucessivas modificações políticas na capitania não influenciaram na atividade aduaneira; mesmo depois da mudança da capital para São Paulo, no final do século XVIII, a Provedoria permaneceu algum tempo em Santos. Tornada autônoma pela criação da Junta da Real Fazenda da Capitania de São Paulo, passou a ser dirigida pelos Juizes de Fora de Santos, que acumulavam a função de Juizes da Alfândega. Teve um fugaz momento de glória durante o Ciclo do Ouro, mas só se tornou realmente importante em meados do século XIX, quando se firmou como o maior porto exportador de café do mundo. Foi dirigida por vários homens célebres como Brás Cubas, Amador Bueno da Ribeira e o Marquês de São Vicente, José Antônio Pimenta Bueno.

Em 1969, foi transformada na Delegacia da Receita Federal de Santos e, recentemente, em 3 de maio de 1994, foi reinstalada a Inspeção da Alfândega do Porto de Santos.



ALFÂNDEGA DO RIO GRANDE

A ALFÂNDEGA DO RIO GRANDE, DURANTE O SÉCULO XIX, TEVE IMPORTANTE PAPEL NA EXPORTAÇÃO DO COURO, SOBRE A QUAL INCIDIAM VÁRIOS TRIBUTOS, ENTRE ELES O “QUINTO RÉGIO” E O “DÍZIMO DOS COUROS”.

O DESCONTENTAMENTO COM A CARGA FISCAL ALFANDEGÁRIA CONTRIBUIU PARA A REVOLUÇÃO FARROUPILHA, CONFLITO ENTRE OS REPUBLICANOS SUL-RIO-GRANDENSES E O GOVERNO IMPERIAL.

O PRÉDIO DA ALFÂNDEGA DO RIO GRANDE, CONSTRUÍDO ENTRE 1875 E 1879, EM ESTILO NEOCLÁSSICO, ABRIGA ATÉ HOJE A REPARTIÇÃO ALFANDEGÁRIA E TRADUZ DOIS SÉCULOS DE HISTÓRIA.

A ADUANA NO BRASIL

ALFÂNDEGA DE RIO GRANDE

Situada na cidade gaúcha do mesmo nome, primeira capital da então Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, essa aduana foi criada pela Carta Régia de 15 de julho de 1804 e instalada em 1º de outubro do mesmo ano. Em 1836, tinha como filial a Alfândega de São José do Norte, situada na margem oposta do estreito.

Durante o século XIX teve importante papel na exportação de couro, sobre o qual incidiam vários tributos, inclusive o Quinto Régio e o Dízimo dos Couros. Tão pesados eram esses impostos, que o descontentamento com a carga fiscal aduaneira resultou na Revolução Farroupilha, conflito entre republicanos sul-riograndenses e o governo imperial. Para atender às despesas desse conflito, o Império criou em 1845 o Imposto sobre Subsídios e Vencimentos, primeira modalidade do Imposto de Renda sobre Pessoas Físicas estabelecida no Brasil.

A decoração artística de seu edifício sede a torna uma das atrações daquela bela cidade gaúcha. É detentora de um precioso acervo documental que remonta ao século XIX.



ALFÂNDEGA DE MANAUS

A ELEVAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DA BORRACHA GEROU DEMANDA EXCESSIVA PARA A MESA DE RENDAS SEDIADA EM MANAUS DESDE 1863. CRIOU-SE, EM 1867, A ALFÂNDEGA DE MANAUS, QUE SE DESTACOU POR PERMITIR MAIOR CONTROLE SOBRE AS ARRECADAÇÕES. PARA ABRIGÁ-LA, FOI CONSTRUÍDO, ÀS MARGENS DO RIO NEGRO, EM 1870, UM PRÉDIO DE RARA BELEZA EM ESTILO ECLÉTICO, COM MATERIAL IMPORTADO DA INGLATERRA.

MESAS DE RENDAS CRIADAS NO SÉCULO XIX DESTINAVAM-SE A OPERAR DESPACHOS ADUANEIROS E A FISCALIZAR PORTOS CUJA RENDA NÃO COMPENSASSE A INSTALAÇÃO DE UMA ADUANA COMPLETA.



A ADUANA NO BRASIL

ALFÂNDEGA DE MANAUS

Criada pelo Decreto n. 3.920, de 31 de julho de 1867, junto com as alfândegas de Cametá, Santarém, São Paulo de Olivença e Borba. Estas, não chegaram a ser implantadas (a Decisão n. 131, de 2 de março de 1869, determinou que "por ora" não fossem instaladas), mas a de Manaus logo se tornou uma das mais importantes do Brasil, graças ao ciclo da borracha. Já estava em funcionamento em fevereiro de 1868 com seu edifício em estilo eclético, composto de elementos medievalistas e renacentistas, tratando-se do primeiro prédio pré-fabricado do mundo. Inaugurado oficialmente em 1906 como um dos primeiros edifícios pré-fabricados do Brasil, o edifício da Alfândega foi construído em tijolos aparentes, pré-montados e importados da Inglaterra, uma reprodução dos prédios londrinos do início do século. O prédio da Guarda-Moria, com sua torre e farol edificadas com o mesmo material e estilo da Alfândega, completa o complexo.

Antes da Alfândega, Manaus sediou uma Mesa de Rendas, criada por um decreto de 31 de dezembro de 1863. A exportação da hevea entrou em decadência por volta de 1910, o que reduziu brutalmente a renda dessa aduana.

Em 1969 a S.R.F instalou uma Inspeção da Receita Federal no Aeroporto de Manaus, depois transferida para o Porto de Manaus, e agora convertida em Inspeção da Alfândega do Porto de Manaus.



CICLO DA BORRACHA

A BORRACHA PASSOU A EXERCER FORTE ATRAÇÃO COMERCIAL PARA A INDÚSTRIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX. MILHARES DE ARTEFATOS PASSARAM A UTILIZÁ-LA, E A ERA DO AUTOMÓVEL TORNOU-A ARTIGO ESSENCIAL.

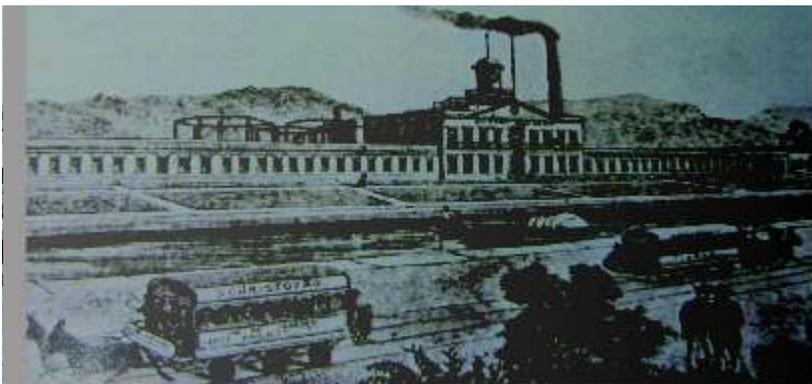
O CICLO DA BORRACHA ATINGIU SEU AUGE ENTRE 1879 E 1912 NA REGIÃO AMAZÔNICA E PROPICIOU A EXPANSÃO DA COLONIZAÇÃO, ATRAIU RIQUEZAS E GEROU GRANDES TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS.

AS CIDADES DE MANAUS, PORTO VELHO E BELÉM VIVENCIARAM MOMENTOS DE GLÓRIA QUE PERMANECEM REGISTRADOS EM SUAS ARQUITETURAS.

PARA SUPRIR AS FORÇAS ALIADAS, DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, OS VELHOS SERINGAIS DA AMAZÔNIA FORAM REATIVADOS. MILHARES DE NORDESTINOS FORAM ATRAÍDOS E ERAM CHAMADOS "SOLDADOS DA BORRACHA".



A ADUANA NO BRASIL



INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL DIFICULTOU O COMÉRCIO MARÍTIMO, OBRIGANDO O BRASIL A PRODUZIR ARTIGOS ANTES IMPORTADOS, DANDO INÍCIO AO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA.

A CRISE NA BOLSA DE NOVA IORQUE, EM 1929, PROVOCOU A PARALISAÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E A REDUÇÃO DAS RENDAS ADUANEIRAS DURANTE ANOS.

EM 1938, TARIFAS ADUANEIRAS PROTECIONISTAS FORAM ADOTADAS PARA PERMITIR O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA. ESSA POLÍTICA DE PROTEÇÃO PERDUROU ATÉ A DÉCADA DE 90 COM A IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DE MODERNIZAÇÃO DO ESTADO, E DE ECONOMIA DE MERCADO.

A ADUANA NO BRASIL





FUNÇÕES DA ADUANA

FASE PATRIMONIAL

Tudo para o Rei.

Aduana como fonte de receita pessoal do governante.

FASE FISCAL

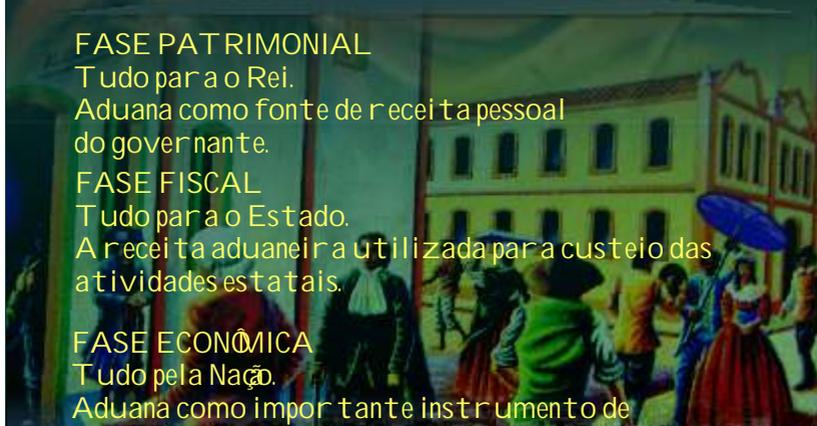
Tudo para o Estado.

A receita aduaneira utilizada para a custeio das atividades estatais.

FASE ECONÔMICA

Tudo pela Nação.

Aduana como importante instrumento de política econômica em prol da sociedade.



A ADUANA NO BRASIL



Receita Federal

Conheça mais sobre nossa história
www.receita.fazenda.gov.br/memoria

Missão

Exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade.

Visão de futuro

Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional.

Valores

- Respeito ao cidadão
- Integridade
- Lealdade com a Instituição
- Legalidade
- Profissionalismo
- Transparência

APOIO:

SINDIFISCO NACIONAL
SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCALIS
DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL



SINDIRECEITA
Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil



Ministério da
Fazenda

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA